

VIII. Rua da Maçonaria, Nº 111, Bairro Baixa Itália, Município de Castelo, Estado do Espírito Santo;  
IX. Rua Pedro Dutra Nicácio Neto, Nº 280, Bairro Bela Vista, Município de Cataguases, Estado de Minas Gerais;  
X. Rua Gonsalves Dias, Nº: 130, LETRA B, Bairro Centro, Município de Chalé, Estado de Minas Gerais;  
XI. Coronel Ricardo Gregório, Nº 567, Bairro Centro, Município de Corinto, Estado de Minas Gerais;  
XII. Rua Dr. Nelson Meirelles, Nº 57, Bairro Centro, Município de Divino, Estado de Minas Gerais;  
XIII. Rua João Meira dos Santos, Nº 2100, Bairro Centro, Município de Divisa Alegre, Estado de Minas Gerais;  
XIV. Avenida Padre João Pena do Amaral, Nº 412, Bairro Centro, Município de Engenheiro Caldas, Estado de Minas Gerais;  
XV. Avenida Governador Milton Campos, Nº 2065, Bairro Centro, Município de Guanhães, Estado de Minas Gerais;  
XVI. Avenida Manoel Machado, Nº 344, Bairro Centro, Município de Guaxupé, Estado de Minas Gerais;  
XVII. Avenida Polibio Meira Cotrim, Nº 30, Bairro Bela Vista, Município de Imbaú, Estado do Paraná;  
XVIII. Rua Elízio Nunes de Souza, Nº 79, Bairro Centro, Município de Itapeverica, Estado de Minas Gerais;  
IXX. Rua Olegário Maciel, Nº 315, Salas 11, 15, 16, 17, Bairro Centro, Município de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais;  
XX. Rua Suzano Anastácio da Silva, Nº 259, Bairro Centro, Município de Leópolis, Estado do Paraná;  
XXI. Rua Montese, Nº 76, Bairro Jardim Higienópolis, Município de Londrina, Estado do Paraná;  
XXII. Rua Santos Silva, Nº 338, Bairro Centro, Município de Machado, Estado de Minas Gerais;  
XXIII. Avenida Rubens Rangel, Nº 1487, 2º Andar, Bairro Cidade Nova, Município de Marataízes, Estado do Espírito Santo;  
XXIV. Rua Basílio Sautchuk, Nº 762, Ed. Gran Art, Bairro Centro, Município de Maringá, Estado do Paraná;  
XXV. Rua Francisco Prestes, Nº 2145, Bairro Centro, Município de Monte Negro, Estado de Rondônia;  
XXVI. Rua Benedito Valadares, Nº 366, Bairro Barra, Município de Muriaé, Estado de Minas Gerais;  
XXVII. Rua Siqueira Campos, Nº 94, Bairro Centro, Município de Óbidos, Estado do Pará;  
XXVIII. Rua 12, Nº 329, Bairro Centro, Município de Orlandia, Estado de São Paulo;  
XXIX. Rua Olavo Bilac, Nº 78, Bairro Centro, Município de Paraíso do Norte, Estado do Paraná;  
XXX. Rua Marechal Deodoro, Nº 92, Bairro Cristo Rei, Município de Pato Branco, Estado do Paraná;  
XXXI. Rua Duque de Caxias, Nº 1621, Bairro Centro, Município de Pirassununga, Estado de São Paulo;  
XXXII. Rua Antonio Venâncio Lopes, Nº 8-81, Bairro Centro, Município de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo;  
XXXIII. Boulevard Vinte e Oito de Setembro, Nº 156, até 134, lado par, Bairro Vila Isabel, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;  
XXXIV. Rua Inácio Ribeiro, Nº 82, Bairro Centro, Município de Santa Rita do Passa Quatro, Estado de São Paulo;  
XXXV. Rua 13 De Maio, Nº 226, Bairro Centro, Município de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais;  
XXXVI. Rua Pinto Ribeiro, Nº 1017, Bairro Centro, Município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais;  
XXXVII. Rua Pouso Alegre, Nº 39, 2º andar, Bairro Barcelona, Município de Serra, Estado do Espírito Santo;  
XXXVIII. Rua Morvan Dias de Figueiredo, Nº 415, Bairro Jardim Santa Rosália, Município de Sorocaba, Estado de São Paulo;  
XXXIX. Rua Campo Romero, Nº 1191, Bairro Centro, Município de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul;  
XL. Rua Um, Nº 51, Bairro Jardim Marilucy, Município de Tucuruí, Estado do Pará;  
XLI. Avenida da Saudade, Nº 11b, Bairro da Saudade, Município de Turmalina, Estado de Minas Gerais;  
XLII. Rua Feliciano de Carvalho, Nº 277, Bairro Centro, Município de Varzelândia, Estado de Minas Gerais;  
XLIII. Rua Travessa Tavares, Nº 292, Bairro Centro, Município de Vianópolis, Estado de Goiás, e  
XLIV. Rua Wilson Freitas, Nº 129, Térreo, Bairro Centro, Município de Vitória, Estado do Espírito Santo.  
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

**PORTARIA Nº 790, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Resolução CNE/CES nº 7/2008 e o Parecer CNE/CES nº 282/2010, considerando o processo nº 23000.040632/2016-87 e a Nota Técnica nº 115/2016-CGCIES/DI-REG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica deferido, na forma de aditamento ao ato de credenciamento, o pedido de alteração de denominação da FACULDADE DA IGREJA MINISTÉRIO FAMA (2134) para FACULDADE ASSEMBLEIANA DO BRASIL, mantido pela ORGANIZACAO CULTURAL EDUCACIONAL FILANTROPICA (1406) e com sede no município de Goiânia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

**PORTARIA Nº 791, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e considerando o Parecer CNE/CES nº 368/2015, homologado no Diário Oficial da União em 05 de dezembro de 2016, seção 1, página 14, que deu provimento ao Recurso, conforme consta do registro e-MEC nº 201303069, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o Curso de Engenharia de Computação, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, a ser ministrado pela Faculdade Doctum de Juiz de Fora, instalada no Campus Itamar Franco, Estrada Dom Orione s/n, Dom Bosco, no município de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais, mantida pelo Instituto Ensinar Brasil, com sede no município de Caratinga, no estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO****PORTARIA Nº 389, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016**

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por delegação de competência do Magnífico Reitor, Processo 23075.110225/2015-90, que aponta irregularidades decorrentes do Pregão Eletrônico nº015/2015. Resolve:

Aplicar à Empresa SOLUMIX COMÉRCIO DE ELETROELETRÔNICOS-ME, CNPJ nº.09.592.204/0001-33, com o fulcro no artigo 7º nº10.520/2002, além da Lei 8.666/1993 e IN-MARE nº.05/95, a seguinte penalidade: Suspensão do direito de licitar e contratar com a União, pelo período de 02 (dois) anos, devidamente previsto no item 17 - subitem 17.1, letra "e" do Edital, devido a não manutenção da proposta: Multa de 20% (vinte por cento), prevista na Lei 8.666/93, artigo 87, inciso II c/c o item 17.3, letra "d" do Edital, aplicada sobre o valor total da obrigação descumprida (R\$14.345,87 - quatorze mil, trezentos e quarenta e cinco reais e oitenta e sete centavos), que neste caso corresponde a R\$2.869,17 (dois mil, oitocentos e sessenta e nove reais e dezessete centavos), pela não entrega de empenhos pertencentes à Ata de Registro de Preços nº193/2015. Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação DOU e registrar as sanções no SICAF.

EDELVINO RAZZOLINI FILHO

**PORTARIA Nº 418, DE 26 DE SETEMBRO DE 2016**

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por delegação de competência do Magnífico Reitor, Processo 23075.134347/2016-52, que aponta irregularidades decorrentes do Pregão Eletrônico nº203/2015. Resolve:

Aplicar à Empresa ALTECH COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA-ME, CNPJ nº.17.672.780/0001-19, com o fulcro nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/1993 e do artigo 7º da Lei nº10.520/2002 e IN-MARE nº.05/95, a seguinte penalidade: Suspensão do direito de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 02 (dois) anos, pela não manutenção da proposta, conforme dispõe item 10, subitem 10.1 - letra "e", da Ata de Registro de Preço nº203/2016. Multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor total da obrigação descumprida, que no caso é de R\$3.520,00 (três mil, quinhentos e vinte reais) sendo a multa de R\$704,00 (setecentos e quatro reais), de acordo com a previsão contida no item 10, subitem 10.3, letra "d" da Ata de Registro de Preços nº203/2015. Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação DOU e registrar as sanções no SICAF.

EDELVINO RAZZOLINI FILHO

**PORTARIA Nº 443, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016**

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por delegação de competência do Magnífico Reitor, Processo 23075.150648/2016-23, que aponta irregularidades decorrentes do Pregão Eletrônico nº106/2015. Resolve:

Aplicar à Empresa MASTER AUCTION TRANSPORTE E COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICOS EIRELI-ME, CNPJ nº05.046.360/0001-48, com o fulcro no artigo 7º nº10.520/2002, além da Lei 8.666/1993 e IN-MARE nº.05/95, a seguinte penalidade: Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da União pelo

prazo de 2 (dois) anos, conforme art.7 da Lei 10.520/02 e item 10.1.3.1 da ARP n. 443/2015. Multa de 20% (vinte por cento) em relação ao valor da ata, que no caso é de R\$71.416,00 (setenta e um mil, quatrocentos e dezesseis reais) resultando na multa de R\$14.283,20 (quatorze mil, duzentos e oitenta e três reais e vinte centavos). Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação DOU e registrar as sanções no SICAF.

EDELVINO RAZZOLINI FILHO

**PORTARIA Nº 444, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016**

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por delegação de competência do Magnífico Reitor, Processo 23075.148326/2016-14, que aponta irregularidades decorrentes do Pregão Eletrônico nº106/2015. Resolve:

Aplicar à Empresa MASTER AUCTION TRANSPORTE E COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICOS EIRELI-ME, CNPJ nº.05.046.360/0001-48, com o fulcro no artigo 7º da Lei nº10.520/2002 e IN-MARE nº.05/95, a seguinte penalidade: Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da União, pelo prazo de 02 (dois) anos, conforme art. 7º da Lei 10.520/02 e item 10.1.3, letra "a" da ARP nº443/2015. Multa de 20% (vinte por cento) em relação ao valor da obrigação descumprida que é de R\$392,00 (trezentos e noventa e dois reais) resultando na multa de R\$78,40 (setenta e oito reais e quarenta centavos) com fundamento no item 10.1.3.1 da ARP nº443/2015 e art.87, inc.II da Lei 8.666/93. Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação DOU e registrar as sanções no SICAF.

EDELVINO RAZZOLINI FILHO

**PORTARIA Nº 458, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016**

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por delegação de competência do Magnífico Reitor, Processo 23075.112048/2016-67, que aponta irregularidades decorrentes do Pregão Eletrônico nº127/2014. Resolve:

Aplicar à Empresa PRISMACHEM COMERCIAL LTDA-ME, CNPJ nº.20.840.177/0001-03 a seguinte sanção: Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação entregue com atraso de 339 (trezentos e trinta e nove) dias, cujo valor é de R\$4.345,00(quatro mil, trezentos e quarenta e cinco reais), sendo neste caso o valor da multa a ser recolhida aos cofres da União de R\$434,50(quatrocentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos) conforme dispõe o item 10.3- letra "g" da ARP nº039/2015 e art.87, inc.II da Lei 8.666/93 e IN-MARE nº.05/95. Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação DOU e registrar as sanções no SICAF.

EDELVINO RAZZOLINI FILHO

**PORTARIA Nº 463, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016**

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por delegação de competência do Magnífico Reitor, Processo 23075.141489/2016-76, que aponta irregularidades decorrentes do Pregão Eletrônico nº065/2015. Resolve:

Aplicar à Empresa PRODUMIX COMERCIO ATACADISTA LTDA-EPP, CNPJ nº.16.949.423/0001-92, com o fulcro no artigo 7º da Lei nº10.520/2002 e IN-MARE nº.05/95, a seguinte penalidade: Impedimento de licitar e contratar com qualquer órgão da União, pelo período de 02 (dois) anos, devidamente previsto ARP nº283/2015, item 10.1.3 - letra "a". Multa de 20% (vinte por cento) prevista na Lei 8.666/93, art.87, inc II, c/c o item 10.1.3.1 da ARP nº283/2015, aplicada sobre o valor total da obrigação descumprida, cujo valor é de R\$3.102,00(três mil, cento e dois reais) e a multa calculada no valor de R\$620,40(seiscentos e vinte reais e quarenta centavos). Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação DOU e registrar as sanções no SICAF.

EDELVINO RAZZOLINI FILHO

**PORTARIA Nº 484, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016**

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por delegação de competência do Magnífico Reitor, Processo 23075.145717/2016-87, que aponta irregularidades decorrentes do Pregão Eletrônico nº037/2015. Resolve:

Aplicar à Empresa APARECIDA DAS DORES SILVA-ME (KADOSHI), CNPJ nº.14.193.613/0001-05, com o fulcro no artigo 7º da Lei nº10.520/2002, na Lei 8.666/93e IN-MARE nº.05/95, a seguinte penalidade: Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da União, pelo prazo de 02 (dois) anos, de acordo com o artigo 7º da Lei10.520/02. Multa de 20% (vinte por cento) em relação ao valor do empenho não entregue, que no caso é de R\$225,00(duzentos e vinte e cinco reais), sendo a multa de R\$45,00(quarenta e cinco reais) com fundamento na Lei 8.666/93, art 87, inciso II e item 10 - subitem 10.1.3- Letra "a", c/c item 10.1.3.1 da Ata de Registro de Preço nº340/2015.. Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação DOU e registrar as sanções no SICAF.

EDELVINO RAZZOLINI FILHO